

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-6-2024.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Everton Gimenes, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aldo Borges, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/23 (Processo nº 1095/23), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 198/24 (Processo nº 0404/24), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 208/24 (Processo nº 0421/24), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 220/24 (Processo nº 0446/24), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 219/24 (Processo nº 0440/24), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Resolução nº 038/24 (Processo nº 0327/24), de autoria de Claudio Janta; e o Projeto de Resolução nº 044/24 (Processo nº 0441/24), de autoria de Biga Pereira. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 1772/24, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24 (Processo nº 0443/24). A seguir, foram apregoados Requerimentos firmados por Conselheiro Marcelo, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia quatro de junho do corrente e do dia vinte e um ao dia vinte e oito de junho do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Aldo Borges, informando-lhe que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Ainda, foi apregoada declaração firmada por Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d’Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura e Matheus da Luz Xavier em exercer a vereança, em substituição, no período. Aldo Borges pronunciou-se, nos termos do Art. 12, § 8º do Regimento. Após, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Psicóloga Tanise Sabino, Pedro Ruas, Jonas Reis, Comandante Nádia, Biga Pereira, Tiago Albrecht, Idenir Cecchim e Claudio Janta. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando que o período de Grande Expediente seja adiado para a próxima sessão. Às quinze horas e vinte e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a

ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foram aprovados Requerimentos formulados por Jonas Reis e Giovani Culau e Coletivo, solicitando adiamento de discussão de matérias priorizadas na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 015/24 (Processo nº 0374/24), após ser discutido por Adeli Sell, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Everton Gimenis, Ramiro Rosário, Aírto Ferronato e Comandante Nádia, por vinte e quatro votos SIM, sete votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Adeli Sell e Pedro Ruas, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldo Borges, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht, tendo votado Não Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e tendo optado pela abstenção Adeli Sell. Adeli Sell procedeu a leitura de sua declaração de voto, referente à votação do Projeto de Lei do Executivo nº 015/24. Foi aprovado Requerimento formulado por Adeli Sell, solicitando alteração na ordem de priorização de matéria constante na Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Fernanda Barth e Comandante Nádia, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 580/23 (Processo nº 0980/23). Foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 1799 e 1809/24, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/24 (Processo nº 0452/24) e o Projeto de Lei do Executivo nº 020/24 (Processo nº 0451/24), respectivamente. Foi aprovado Requerimento formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento de discussão de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Às dezesseis horas e dezessete minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 019/24 e 024/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 487/23, 163/24, 164/24, 177/24, 185/24, 194/24 e 205/24; e o Projeto de Resolução nº 043/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 014/24, 015/24 e 016/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 523/21, 748/23, 093/24, 149/24, 153/24, 178/24, 179/24, 180/24, 190/24, 192/24, 196/24, 197/24, 206/24 e 207/24; e os Projetos de Resolução nºs 040/24, 041/24 e 042/24. Após, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Pablo Melo, este em tempo cedido por Cassiá Carpes, Biga Pereira e Comandante Nádia. Ainda, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldo Borges. Mauro Pinheiro, presidindo, convidou para reunião pública para debater assuntos referentes ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, às quatorze horas do dia vinte e cinco de junho do corrente ano, no Plenário Otávio Rocha. Às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Fernanda Barth. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos os requerimentos de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, nos dias 4 de junho de 2024; e no período de 21 a 28 de junho de 2024.

Apregoamos declaração firmada pelo Ver. Moisés Barboza, líder da bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura e Matheus da Luz Xavier em exercerem a vereança, em substituição, no período.

Informamos que encontra-se presente no plenário o suplente Aldo Borges, que já procedeu à entrega, à Mesa Diretora, de seu diploma, sua declaração pública de bens e seu nome parlamentar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Aldo Borges prestará a seguir.

SUPLENTE ALDO BORGES (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Aldo Borges. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Aldo Borges, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

O Ver. Aldo Borges está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR ALDO BORGES (PSDB): Boa tarde. Quero pedir licença, nobre Presidente, meu amigo Mauro Pinheiro, para fazer uma saudação muito especial, primeiramente, a duas pessoas que não estão mais presentes, mas presentes na minha memória e no meu coração, que é a minha mãe e o meu pai, que me educaram e fizeram eu ser quem eu sou hoje; aos meus filhos, Mariana e João Vitor; a minha netinha, Maria Eduarda; ao meu irmão Paulo; a minha cunhada, Eliane; e a todos os meus amigos que hoje vieram aqui tomar posse junto comigo. Eu não cheguei sozinho! O guri que saiu de São Lourenço do Sul, aos 16 anos, chegou aqui em Porto Alegre em 1985, lutou muito; trabalho há mais de 40 anos pelas comunidades de Porto Alegre, Ver. Mauro. Com 11 anos de idade, eu ganhei um diploma na minha cidade por ajudar as pessoas, e eu nunca mais parei. Essa é a minha missão de vida, ajudar as pessoas, e é isso que eu faço com muita galhardia, com muita vontade e com muito compromisso, e eu me comprometo, na minha gestão – será breve, mas com certeza com muita intensidade –, honrar cada um que

me trouxe até aqui. Eu não cheguei sozinho, por isso todos que estão aqui, e os que estão me acompanhando pela rede social ou pela TV Câmara – eu peço licença, nobre Presidente –, gostaria que todos vocês se levantassem, agora, nesse momento, porque eu dou posse a vocês, como vereadores de Porto Alegre, junto comigo. (Palmas.) Vocês são o motivo de eu estar aqui hoje, representando a sociedade de Porto Alegre. Eu quero agradecer também aos amigos, eu não posso deixar de agradecer algumas pessoas: primeiramente, ao deputado Luís Augusto Lara; ao Kevin Krieger; ao Marcelo Soletti, ex-presidente da EPTC; ao ex-prefeito Nelson Marchezan Júnior; ao ex-presidente da EPTC, Fábio Berwanger; ao ex-presidente da EPTC, Paulo Ramires; ao prefeito Sebastião Melo; ao Ver. Moisés Barboza; ao Ver. Gilson Padeiro; ao Ver. Marcelo Conselheiro e ao Ver. Ramiro também, que eu não poderia deixar de citar – são pessoas, são políticos que honraram sua palavra, trouxeram-me até aqui, a eles a minha gratidão. Há pessoas com compromisso, com ética moral, que nunca me deixaram. Já tive, várias vezes, rasteira, levei rasteiras na política, sim, mas eu resisti e estou aqui. Aquele guri que diziam que nunca passaria de um assessorzinho está hoje aqui, vai sentar e representar a sociedade de Porto Alegre. Eu tenho muito trabalho prestado por essa cidade, muito trabalho, mas o meu trabalho sempre foi silencioso, porque eu nunca fiz politicagem, eu trabalho de verdade. Vou deixar aqui, para vocês conhecerem – eu peço a atenção dos nobres colegas, como sempre dizia minha mãe dizia que, quando alguém fala o outro escuta – um pouquinho da minha trajetória. Eu comecei, aos 18 anos, em Porto Alegre, como empresário, eu sou um dos primeiros donos de videolocadora do Rio Grande do Sul – tive a minha loja por 21 anos no bairro Teresópolis; depois, fui coordenador da agência Sine, a maior agência do Estado; assessor parlamentar na Assembleia Legislativa; assessor do secretário do turismo do Rio Grande do Sul; diretor do maior abrigo de crianças carentes do Estado, da Fundação de Proteção Especial; assessor especial do secretário da SMOV; assessor, secretário da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE; chefe de gabinete na Câmara de Vereadores; chefe de gabinete da SMIC; supervisor-geral das agências Sine de todo o Estado; assessor da EPTC por nove anos. E hoje aqui também eu faço uma referência aos meus amigos agentes de fiscalização que sempre terão o meu respeito e o meu reconhecimento, porque eu conheço o trabalho de vocês como poucos conhecem em Porto Alegre. Vocês têm toda a gratidão e minha admiração, vou defender sempre o trabalho de vocês, com muita galhardia, com muita vontade e com muita honra de ter feito parte da empresa que mais presta serviços para sociedade de Porto Alegre, a EPTC. E para vocês, amigos, eu entrego amanhã, juntamente com o deputado federal Daniel Trzeciak, uma emenda parlamentar de R\$ 300 mil para aquisição de um caminhão para nossa equipe da pintura da EPTC. Só gratidão eu tenho por vocês. Meu presidente, grande Líder Moisés Barboza, a ti meu total agradecimento, ao Gilson Padeiro, ao Conselheiro Marcelo, ao Henry Ventura e a todos os outros que me antecederam aqui que assumiram esse papel importantíssimo de representar a sociedade de Porto Alegre minha eterna gratidão pela confiança no meu trabalho. Podem ter a certeza de que eu vou honrar cada segundo em que eu estiver nesta Casa. O mandato será curto, mas ele será muito intenso. Minha família, meus amigos, meus irmãos; Pablo Melo,

um grande abraço, meu vereador, querido amigo, filho do nobre prefeito; Adeli Sell, um grande político por quem eu tenho a maior admiração – eu acompanho sua trajetória; Mauro Pinheiro, meu grande amigo Mauro; Conceição, querido vereador Conceição; nobre Ver.^a Tanise; esse menino que eu conheci quando nasceu, fruto da nossa região, Teresópolis, um guri que tem história, e eu conheço bem essa figura.

Senhores, quero terminar agradecendo a todos vocês. Eu não poderia deixar de citar aqui algumas pessoas que eu estou vendo: Cláudio, grande jornalista Cláudio Furtado; Nara Sortica; Júlio; meus amigos aqui deste lado; eu já citei minha família, meus amigos de Teresópolis; Andrea, taxista; Seu Antônio e Dona Ana, lá da Praça da Encol; meus amigos do *beach tennis*, que estão aqui também. Para vocês, só gratidão. Eu me emocionei a cada abraço que eu recebi hoje aqui, eu não imaginava que vocês estariam aqui, por toda essa dificuldade que a gente está passando. Eu tenho muita gratidão por vocês estarem aqui nos prestigiando e assumindo esse compromisso junto comigo, porque vocês são os vereadores, eu sou apenas o representante de todos vocês que estão aí na tribuna. Comandante Nádia, minha querida amiga, um grande abraço. Obrigado, obrigado. Vi a outra vereadora, minha amiga também aqui. Senhores, eu termino por aqui com forte agradecimento e com compromisso de honrar o meu trabalho como vereador de Porto Alegre. É apenas um começo, eu garanto isso para vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Parabéns pela posse, Ver. Aldo, tenho certeza que será a primeira de muitas vezes que o senhor usará esta tribuna como vereador.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero saudar nosso Presidente desta Casa, os colegas vereadores, senhores e senhoras e público que nos assiste. Hoje eu venho a essa tribuna para falar sobre uma questão que afeta profundamente a nossa cidade, principalmente o futuro das nossas crianças, que é o impacto que as enchentes recentes causaram na educação infantil de Porto Alegre. Foram 27 escolas comunitárias atingidas que perderam tudo. Mais de 2.600 crianças que ficaram sem atendimento, privadas do seu direito fundamental que é a educação. Lembramos que a educação é um direito essencial na infância. A escola não é apenas um local de aprendizado, mas também é um espaço onde se constroem os alicerces para o desenvolvimento integral da criança. É na escola que as crianças aprendem a viver em sociedade, a se relacionarem, e moldam as suas experiências emocionais. O maior desafio que enfrentamos agora é a falta de recursos para reerguer essas escolas. Mas eu tenho certeza que não faltará apoio do nosso governo municipal, da sociedade, e para que essas escolas então possam retomar as suas atividades o mais rápido possível. Por isso eu gostaria de propor aos colegas vereadores uma união de esforços para ajudarmos a reconstruir as escolas e garantir a continuidade dos serviços prestados. O período para destinação das nossas emendas parlamentares se aproxima, se cada vereador desta Casa

– e nós somos 36 vereadores – adotar, escolher uma escola comunitária, nós vamos conseguir ajudar todas as escolas que foram atingidas. São 27 escolas comunitárias que foram atingidas, impactadas, em 9 bairros diferentes. E aqui eu gostaria de ler as escolas: no bairro Farrapos foram 729 alunos afetados, sendo cinco escolas, a escola Abrasce Pampa, Brincando e Aprendendo, Irmão Mário Frigo, Santa Luzia e Escola Tecnobaby, a Movitec; no bairro Sarandi foram 1.310 alunos impactados, sendo três escolas, Escola Acompa II, Estrelinha do Céu, Joana D'Arc, Mãezinha do Céu, Marista Boa Mãe, Mundo Colorido, Padre Humberto Negrini, Pimponeta, Santa Catarina, Trenzinho da Alegria, Vila União, Anjinho da Guarda e Escola Favo de Mel. Na área das Ilhas, região das Ilhas, foram 128 crianças atingidas, sendo duas escolas, Escola Anjo das Flores e Escola Ilha do Pavão Abrasce; no bairro Navegantes tivemos 204 crianças afetadas, sendo duas escolas, Escola João Paulo II e Escola São Vicente de Paulo, o Conservir. E ainda temos escolas em outras regiões, como a Escola Capela Navegantes na Vila Assunção, com 55 alunos; Escola Lupicínio Rodrigues no Menino Deus, com 92 alunos; Escola Popular Nova Geração no Mário Quintana, com 51 alunos; Escola Vitória no bairro Humaitá, com 100 alunos; e Escola Girassol no Lami, com 62 alunos.

Quero dizer do meu compromisso, reafirmar o meu compromisso com a educação infantil e reiterar que a educação em Porto Alegre precisa da nossa ajuda, e as nossas crianças merecem todo o nosso apoio. Se cada vereador desta Casa adotar uma escola comunitária, nós vamos conseguir ajudar essas instituições. Em breve eu vou estar protocolando uma moção de apoio nesse sentido. Então eu peço que cada um que está nos assistindo nesse momento também possa contribuir de alguma forma, é um gesto de compromisso com o futuro da nossa cidade. Muito obrigada. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui e pela TVCâmara. Na sexta-feira, eu vi estarecido uma matéria no Jornal Correio do Povo, mas estarecido mesmo, que informava que entre alguns municípios gaúchos que não entregaram nenhuma documentação para o governo federal pedindo recursos, estava Porto Alegre. O título da matéria do Correio do Povo era que o Ministério não recebeu dados da capital. Simplesmente, a capital, entre outros municípios, não informou até 20 de junho, data confirmada, dados ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres S2iD do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A matéria é do Correio do Povo, que coloca ainda que a inclusão de Porto Alegre é condição prévia indispensável para o acesso a recursos federais como por exemplo, construção e reconstrução de infraestrutura, como sistemas de drenagem e proteção contra enchentes. Aí os técnicos, vejam bem, vereadoras e vereadores, os técnicos do Ministério dizem que o prefeito Sebastião Melo entregou documentos pessoalmente ao Presidente da República, mas que foi visto mais como gesto político, porque não tem qualquer efeito prático na captação de

valores federais. Não tem qualquer efeito prático, Ver. Gimenis. O prefeito, a Prefeitura, os seus técnicos – isso é de quinta-feira, hoje é segunda – não entregaram, não informaram que Porto Alegre sofreu os danos que sofreu e não colocaram a cidade como apta a receber recursos federais em nenhuma área, nem para arrumar bomba, nem para arrumar o muro da Mauá ou o sistema de diques, nem para geradores, nem para reconstrução de prédios, para nada, Ver. Cláudio Conceição. Jornal Correio do Povo, quinta-feira. (Exibe o jornal.) É inacreditável, é uma vergonha para nós, é uma vergonha. A Prefeitura não informou o governo federal, está aqui no jornal. Os técnicos estão dizendo: "Por que não informou? Por que não pediu nada?" Não pediu, Ver. Cassiá. Aí vem o prefeito: "Nós dependemos do governo federal". Mas então peça! Mas entre aquele monte de assessores, o prefeito vem aqui, às vezes, dizer qualquer coisinha, enche de secretário aqui, CCs, enche, uma loucura. Mas não tem um que saiba fazer projeto? Não tem nenhum? Não tem nenhum! Eu fui secretário de município, fui secretário de Estado, conheço essa situação de prefeitos que pedem verbas e não têm projetos. Vou concluir. Muitas vezes, eu, como secretário, quando realmente o município era muito pequeno e não tinha ninguém, eu indicava alguém para fazer o projeto. Mas não é o caso de municípios grandes e médios. Porto Alegre, repito, não tem recursos federais para receber, não pode reclamar, porque não entregou projetos e não informou os danos que sofreu ao governo federal. Está na imprensa, o prefeito que responda. Obrigado.

Vereador Giovane Byl (PODE): Presidente Mauro, gostaria de solicitar uma questão de ordem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador Giovane Byl, conforme foi combinado por resolução, os vereadores *online* só podem votar, não podem se manifestar de forma *online*, manifestação só no plenário. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(A Ver.^a Fernanda Barth assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu quero aqui denunciar o que está acontecendo dentro da Câmara de Vereadores: perseguição política ao nosso mandato. É engraçado, uma vereadora, no dia 08 de janeiro de 2023, divulgou um vídeo cuja narração exaltava a depredação de um prédio público. Tempos depois, não achamos mais o vídeo na rede da vereadora, mas nós, dez vereadores da oposição, entramos com uma representação na Comissão de Ética para esta vereadora. É. Mais de um ano atrás. Divulgamos nas redes sociais que entramos na Comissão de Ética contra aquela ação. Tínhamos todos os *prints*, está tudo documentado. Aí a vereadora entra contra o meu mandato, escolhe o meu mandato, dentre dez. Por que escolher o Jonas? Porque, em agosto de 2022, foi o Ver. Jonas Reis que denunciou a bandalheira que acontecia na secretaria de Educação. Tem que escolher. Aí, veio CPI, veio prisão de um, prisão de dois, prisão de três, prisão de quatro e já estamos inclusive

no quarto ou quinto secretário da Educação – até perdi as contas. Mas aí o processo anda contra este vereador, e a Ver.^a Fernanda Barth ainda diz no processo contra mim que eu incito ódio, que eu faço perseguição, que eu espalhei *fake news*, quando, na verdade, eu espalhei uma verdade. Eu simplesmente disse: esta vereadora está sendo processada na Comissão de Ética por dez vereadores. Aí, não completa por aí a história. A pantomima não termina aí, a dobradinha, a famosa, como diz no linguajar popular, a dupla de dois. Veio misteriosamente a Comandante Nádia fazer um parecer endossando a farsa da Fernanda Barth contra este vereador. O endosso não poderia ser diferente, afinal de contas, quem mesmo que é antivacina? Quem mesmo que é anticiência? Aí não termina, neste momento, não! Ela faz um parecer sem pé nem cabeça, violando inclusive a Constituição, a liberdade de expressão do vereador, que tem o direito e o dever de dizer o que acontece à população. E aí diz o parecer dela que eu estava errado e a Fernanda Barth estava certa. É no mínimo curioso! Mas eu quero dizer que ninguém vai calar este mandato. Nós estamos com vários processos abertos no Ministério Público de Contas, no Ministério Público. E a cada dia mais, nós ficamos felizes que os processos vão andando e os inquéritos vão sendo abertos. Inclusive, essa Ver.^a Nádia nem poderia estar fazendo parecer para este vereador, porque ela está sofrendo um inquérito civil, ela está sendo processada lá na Polícia Civil, porque ela partiu para cima de um assessor meu. O meu assessor do plenário, um homem negro que estava aqui atuando, fazendo as filmagens, ela foi para cima, nós divulgamos. E tem um processo aberto contra a Nádia também, não é assinado por mim, assinado por 42 entidades, inclusive o Sindicato dos Jornalistas assinou contra V. Exa., e o processo está parado, e só anda o meu processo. Por isso que eu denuncio o que acontece, parece uma seleção aqui. Bom, o Jonas foi lá, denunciou a Secretaria de Educação, teve a prisão da Sônia Rosa. Inclusive tem a fotografia da Ver.^a Nádia entregando um buquê de flores para a Sônia Rosa. E agora ela faz um parecer contra Jonas Reis, é óbvio que ela faria uma ginástica enorme para não ser a favor da verdade...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Tempo, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...ser a favor da ilusão, da farsa, mas não nos calaremos. Agora, eu quero ver se elas vão ficar caladas diante da mentira do prefeito Sebastião Melo, que disse que não tinha vindo R\$ 1,00 para a assistência, para os abrigos, e foram mais de R\$ 3 milhões que o governo federal enviou. É a vergonha da semana. Ela vai entrar dizendo que isso que o prefeito fez é *fake news*? Ou ela vai ficar calada? Ou as duas, essa dupla, ficarão caladas? Agora, eu digo: este vereador aqui não se cala. Está para nascer alguém que vai me calar, alguém que vai calar o mandato Jonas Reis. Nós vamos seguir firmes, com altivez, defendendo a população de Porto Alegre, apesar de vocês fazerem perseguição política e quererem qualquer tipo de sanção contra o nosso mandato. Aqui não fala Jonas Reis, aqui fala uma parcela da população.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Fernanda Barth que está conduzindo os trabalhos na tarde de hoje, minha líder do PL; colegas vereadores; TVCâmara; eu quero iniciar minha fala falando, melhor, conceituando hipócrita. Hipócrita é um adjetivo daquele ou daquela que demonstra uma coisa quando sente ou pensa outra coisa. É aquela pessoa que dissimula sua verdadeira personalidade, quase sempre por motivos interesseiros, que são qualidades ou sentimentos que ela não possui. É uma pessoa fingida, uma pessoa falsa, simulada, que apresenta algo, mas que faz outro. E, assim, essa pessoa finge, oculta a realidade e coloca uma máscara na sua aparência. Assim aconteceu — acontece várias vezes aqui na Câmara — num momento muito específico: quando a vereadora do PCdoB, Ver.^a Dilce, chama o projeto de minha autoria, assinado em conjunto com a Ver.^a Fernanda Barth e o Ver. Ramiro Rosário, de "projeto da tortura contra a mulher". Mas aqui na Câmara tudo é muito transparente, e para minha alegria — para minha alegria — na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, a CEDECONDH, o parecer foi o seguinte (Lê): "Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, qual determina que as gestantes vítimas de abuso sexual [ou seja, mulheres estupradas] terão sua situação equiparada às gestantes de risco [de alto risco], tendo igual acesso e prioridade na marcação de consultas [na realização de exames psicológicos, físicos e laboratoriais e todos outros] no âmbito do Município de Porto Alegre. A proposta da vereadora possui grande relevância e preenche os requisitos legais para a tramitação. Sendo assim, no mérito, dou parecer pela aprovação do presente projeto."

Esse que é o projeto da "tortura". Quem escreveu foi o meu caro colega, Ver. Pedro Ruas, do PSOL. Mas o mais importante é que quem dá o seu voto "sim" é a vereadora do PCdoB. Falou "sim" para o meu projeto e que vem aqui falar que o projeto é da tortura. Ora, senhores, isso não é uma incoerência? Uma hipocrisia? Ou provavelmente a vereadora não lê o que assina — isso é uma coisa muito feia. Quem assina o "sim" — e foi muito bem feito o parecer pelo meu colega Ver. Ruas —, Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Alvoni Medina, Ver. Cláudio Conceição, Ver. Adeli Sell e a Ver.^a Abigail votou "sim". E aí a vereadora vem aqui dar chique na tribuna, falar que o projeto é de tortura contra a mulher. Ora, vereadora, a senhora tenha a decência, a senhora se responsabilize pela sua assinatura, porque é até feio a senhora falar mal de um projeto que a senhora disse "sim", concordou com o parecer. E eu quero dizer Vereadora-Presidente Fernanda, esta Câmara é uma piada por parte de alguns colegas. Uma grande maioria tem responsabilidade, uma grande maioria preza pelo que faz e estuda os projetos. Agora, tem uma minoria gritante do PCdoB, do PT, que adora fazer furdunço, adora falar uma coisa enquanto faz outra — é a teoria que não casa com a prática, e fica muito feio fazer isso. E eu quero dizer para os nobres colegas que esse projeto teve uma emenda que estava já protocolada e que tende a corresponder ao que o Conselho Federal de Medicina quer, trazer as mulheres estupradas para serem logo atendidas pelo Sistema Único de

Saúde público, para que não esperem mais do que 22 semanas para fazerem o aborto. Portanto, quero dizer aqui que eu fico muito feliz com os vereadores que têm consciência de que é importante que as mulheres estupradas possam efetivamente estar em primeiro lugar na atenção básica na saúde para que não fiquem, como eu disse, mais do que 22 semanas esperando para fazer o aborto, porque depois de 22 semanas é crime. Muito obrigado, só não lhe dei a palavra, vereador, porque estava em liderança.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Vereadora, minha parte era só uma questão de ordem esclarecendo que o voto de comissão se vincula, obviamente, regimentalmente, a uma questão de tramitação do projeto. O voto de mérito é dado no plenário. Apenas isso obrigado.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Dirijo-me a esta tribuna com aquilo que costumamos dizer: educação e respeito a gente adquire em nossas casas, pela nossa família, e é reforçado na escola por professores, professoras, especialmente no ensino fundamental. Assim foi a minha educação. Portanto, aqui eu tenho grandes divergências de opinião, opiniões políticas, visão de mundo, mas eu respeito cada vereadora e cada vereador. Jamais me dirigiria, como a tenente-coronel, Comandante Nádia, se dirigiu, na última sessão, a mim, quando chegava super-mega-atrasada a este plenário, se referindo a quem estaria latindo aqui na tribuna. Textualmente! Textualmente: "Quem mesmo está latindo?" Saiba que eu tenho profundo apreço pelos *pets*, aliás tenho vários, mas eu falo, nenhum de vocês aqui sobe para latir, a não ser que esse seja o vocabulário que essa cidadã, vereadora, tenente-coronel, comandante, entenda. Quando eu me referi aqui, Pedro Ruas, veja bem, Pedro Ruas, ao enunciado – e aqui repetido pela então vereadora: estabelece, no âmbito do município de Porto Alegre, a equiparação às gestantes vítimas de abuso sexual para fins de acesso prioritário à marcação e à realização de exames de ultrassom durante o período gestacional. Alguém seria contra isso? Lógico que não, e foi assim, Ver. Pedro Ruas, meu colega, que o senhor emitiu seu parecer para que este processo andasse, é isso que as comissões fazem, não é? Porém quando tu abres o projeto, como de costume, aqui se usa de subterfúgio, de enganação. Eu poderia dizer até de armadilhas, por que o que ele prevê mesmo? A ultrassonografia prévia em que o médico deverá sugerir que escute os batimentos cardíacos do nascituro, fruto de um estupro... Olha a crueldade, o requinte da brutalidade, da tortura. Nenhuma mulher, Cecchim, nenhuma mulher faz aborto porque acha bonito. Nenhuma mulher, isso é sofrimento. A decisão é sofrimento, o pós é sofrimento, mas essa sociedade hipócrita não enxerga. No ano de 2023, cerca de 23 mil crianças foram mães. Quantas realizaram aborto? Quantas sequer sabiam que estavam grávidas? Porque educação sexual não se ensina nas escolas, é proibido. É proibido ajudar essas crianças, orientá-las para que não sofram abuso, para que não sejam estupradas. O rico faz aborto

pago em clínicas muito bem equipadas. Sempre fez, principalmente com suas filhas, com suas amantes. O pobre morre; a pobre morre ou é presa. A pobre é presa inclusive com uma pena maior do que o próprio estuprador. Como disse aquele médico – e é a isso que o patriarcado segue: “é preciso frear a autonomia das mulheres”. Querem, sim, mandar nas nossas decisões, no nosso corpo, na nossa cabeça. Nós, que ousamos entrar na política, temos que ser barradas, não podemos ter opinião, pois eu digo aqui, alto e bom som, como o Brasil inteiro está dizendo: Nem presas nem mortas. É assim que nós seguiremos, em marcha batida, e denunciaremos os três projetos. Inconstitucional, torturador, porque é esse o nome de quem propõe tamanha aberração contra crianças, meninas e mulheres da nossa cidade. Muito obrigada.

SR. DIEGO MACHADO FRANCISCO (Diretoria Legislativa): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Fernanda Barth, Sras. e Srs. Vereadores; eu subo aqui para lamentar mais uma xenofobia do bem cometida, Ver. Ramiro Rosário, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em discurso no Nordeste, Ver. Ramiro, seguindo aquele adágio popular, Ver.^a Nádia: “a culpa é minha, eu ponho em quem eu quiser”, Lula disse que a culpa do que acontece ou da situação no Nordeste brasileiro é do Sul do Brasil, Ver. Cassiá. Lula diz que o Nordeste tem os piores índices de todo o Brasil por causa do Sul, das elites sulistas, do povo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Eu brinco sobre o adágio popular, a culpa é minha e eu ponho em quem eu quiser, que o Presidente da República, talvez com o nível ético um pouco alterado, como lhe é de costume, aliás, nem consegue controlar as próprias bizarrices ditas, porque ele fala que a culpa de como está o Nordeste é de quem passou por governos anteriores e governou por muito tempo aquela querida parte e tão judiada parte da Nação brasileira.

Mas aí eu trago para esta tribuna, em nome e defendendo a honra de todos os sulistas, principalmente dos gaúchos que, não obstante a catástrofe que estamos vivendo, são pessoas leais e valorosas, como a nossa gente de Porto Alegre: quem colocou o Nordeste na posição que está é o próprio PT e seus puxadinhos. Lembram da pandemia, do Consórcio do Nordeste, R\$ 48 milhões dos respiradores com o hoje ministro Chefe da Casa Civil, que na época era presidente do Consórcio Nordeste – R\$ 48 milhões que desapareceram pelas mãos do integrante do PT? No Nordeste, que acaba por não ter incentivo às parcerizações e privatizações de saneamento, as taxas são bastante pequenas, onde a esquerda e os sindicatos remam contra os mais pobres, legando-os a,

literalmente, viverem no seu próprio esgoto. O Bolsa Família, que tem o seu mérito, Lula criou aglutinando projetos do PSDB; no governo Dilma, o programa multiplicou por quatro os beneficiários, chegando a R\$ 42,5 milhões. Fala-se, inclusive, que há estados com mais Bolsa Família que com carteira de trabalho, mostrando que o PT espalha pobreza e miséria e não o desenvolvimento.

Então, quando o Lula vem falar do Sul, ele deveria lavar aquela boca imunda e ter respeito com o pagador de impostos, ter respeito com quem é do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até porque hoje denuncia o prefeito desta cidade que o descondenado não colocou R\$ 1,00 para abrigos nesta cidade. A maioria do dinheiro é financiamento e antecipação do que já é nosso, como Imposto de Renda e FGTS.

Para concluir, Sra. Presidente, por isso, Luiz Inácio Lula da Silva, o senhor, que é triplamente condenado, um dos maiores corruptos da história deste Brasil, o senhor que corrompeu a democracia, corrompeu o STF, corrompeu a República Federativa do Brasil, lave a boca e dobre a língua para falar do povo do Sul, que não obstante a catástrofe, é um povo trabalhador, é um povo próspero e que deseja que outras regiões do Brasil também assim o sejam. Portanto, menos Lula e mais Sul do Brasil. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente Fernanda Barth, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Pedro Ruas, em nome da nossa amizade, eu faço essa... Normalmente, eu não venho à tribuna para contestar, nesse caso também eu venho para informar. Provavelmente V. Exa. não tenha tido a resposta ou a informação que vou dar agora: foram enviados os cadastros de 111 mil famílias para fins de benefício do auxílio emergencial, destes, aproximadamente 30 mil foram aprovados e 70 mil aguardam análise por parte da União. O governo federal anunciou, no sábado, o encerramento do envio de novos cadastros pelas prefeituras a partir dessa terça-feira. Em razão dessa decisão federal, estarão suspensos os ingressos de novos cadastros no registro unificado a partir de amanhã, às 17h. O prefeito de Porto Alegre solicitou que seja estendido esse prazo, não para aqueles que já foram, para mais gente que precisa. E nós temos aqui os municípios do Rio Grande do Sul, 90% ainda não encerraram isso, que não é o caso de Porto Alegre. Então, acho que isso é uma obrigação, eu diria assim, de todos nós, situação e oposição, pedir a compreensão do governo federal para estender esse prazo, senão São Leopoldo vai ficar fora. E veja que estou falando assim, não é partidário, nem o governo federal fez isso partidariamente, porque senão, pega um dos principais municípios do PT, que é São Leopoldo, que está fora, Canoas também, assim como muitos municípios do Rio Grande do Sul, que estão fora disso por falta de prazo, e muitas vezes pelo fato de o formulário ser complicado. Então, com todo o respeito, quis dar essas informações. Eu sei que o senhor falou sobre a Defesa Civil, é verdade, baseou-se numa informação do jornal, mas esta é a verdade. Eu não sei se o jornal citou Porto Alegre ali,

mas eu acho que ele citou ou abrangeu todos, botou Porto Alegre também; então, essa é a verdade. Eu disse que em respeito a minha amizade e a sua amizade para comigo também, eu ia fazer isso. Nós temos um grande problema: os anúncios e a realidade. O anúncio de bilhões, inclusive não vamos muito longe, o próprio Comassetto, que está licenciado, anuncia bilhões para Porto Alegre, mas não é verdade. Ele faz aceno com o chapéu dos outros, Ver. Janta. O que adianta anunciar dinheiro do Fundo de Garantia. De quem é esse dinheiro, é do governo federal? Não. Esse dinheiro é de quem trabalha e paga 8% todos os meses. Antecipação da devolução do Imposto de Renda, é do governo federal esse dinheiro? Não. Isso é de quem já pagou Imposto de Renda. Então, botar na soma isso, botar na soma antecipações, botar na soma dinheiro que não veio do Pronampe, que disse que estava disponível, mas hoje já cancelou. Essas contas não estão bem contadas. As narrativas... O atual governo federal gosta de falar muito de narrativa. As narrativas são terríveis! Agora está dando uma seca no Mato Grosso, em outros estados lá no Nordeste. O Lula fez uma excursão pelo Nordeste, e os governadores de lá diziam "não, eu quero ter o mesmo tratamento que o Rio Grande do Sul". Eu não sou contra que se dê esse tratamento; agora, não pode tirar dinheiro que anunciou aqui e anunciar o mesmo dinheiro para outros estados, não dando o dinheiro para cá. Desde o início, desde as coisas mais urgentes que nós tivemos que enfrentar, a Prefeitura de Porto Alegre enfrentou, abrindo o cofre pobre que tem, o pouco dinheiro que tem; mas enfrentou as coisas urgentes, sendo a primeira delas acolher as pessoas que foram saídas das suas casas pelas águas. E a gente passa pelas ruas de Porto Alegre, principalmente da Zona Norte, e vê o terror que isso foi. Olha, prefeito Melo, que coragem V. Exa. tem! Eu vi o prefeito sexta, sábado e domingo lá no Sarandi ouvindo as pessoas desesperadas, muitas brabas, muitas encaminhadas para lá por alguns da oposição, irresponsáveis, para xingar o prefeito. E ele disse "eu tenho um lombo largo, mas eu tenho ainda maior a minha responsabilidade de ser prefeito até o último dia do meu mandato, e aqui estarei, estarei na linha de frente, junto com a população sofrida, revoltada, pedindo urgência". Pequenos comerciantes e pequenas empresas estão pedindo socorro financeiro, a Prefeitura não tem, e o governo federal, que prometeu, hoje mandou dar uma segurada até no Pronampe, que não é dinheiro de graça, é dinheiro para ser pago. Mas isso também não veio. Então eu queria pedir, com todo respeito à nossa oposição – que, no caso do governo federal, não é oposição, é situação -, porque eu respeito a oposição: vamos nos ajudar mutuamente para cuidar da população que precisa e parar com essa bobagem de querer anunciar dinheiro, e dinheiro que não tem. Ver. Comassetto, comece fazer as contas direito antes de vir aqui espalhar *fake news*, mentiras e contas de matemática que nem o 1º ano erra tanto. Obrigado.

(O Ver. Adeli Sell assumiu a presidência dos trabalhos.)

Vereador Giovane Byl (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do meu período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): O Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, falou que há anúncios e anúncios de dinheiro. Eu quero retomar com o vereador, se a gratidão não é o forte dele, tem que lembrar que o dinheiro está no caixa da Prefeitura. Muito dinheiro! Só para os abrigos foram R\$ 3 milhões que o prefeito disse que não tinha; e agora tem um portal da transparência do governo federal onde se vê em tempo real todo dinheiro que está entrando no caixa das prefeituras, tá?

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Jonas pelo esclarecimento. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Uma boa tarde a todos colegas e colegas, a todo povo que nos assiste, que tenhamos uma semana produtiva e bem boa. Vereador Jonas, eu queria ver todo esse dinheiro, de fato. Queria ver. Nós estamos na pior onda que vai vir com toda essa enchente, ela já chegou na vida das pessoas, chegou na vida dos empreendedores, chegou na vida dos trabalhadores. Vejam bem, o governo anunciou há, em torno de 20 dias, que ia dar uma ajuda de mil, quatrocentos e uns quebradinhos para os trabalhadores, Ver. Ruas, para os trabalhadores. Isso é um salário mínimo. Só que nós estamos falando de pessoas que têm pisos, pessoas que têm salário, pessoas que continuam sem trabalhar, pessoas que só vão voltar a trabalhar, se tudo der certo, em agosto, e que se endividaram nesse período das enchentes. E aí não tem nenhum retorno. Ah, o governo liberou o Fundo de Garantia; liberou o dinheiro das pessoas. Ah, o governo liberou uma parcela a mais do seguro desemprego; a pessoa tem que estar desempregada para receber o seguro desemprego, e não vai conseguir emprego. O pior de toda essa enchente que nós tivemos, costume dizer e tenho dito isso há muito tempo, está por vir, e vai ser o grande número de empresas que vão sair de Porto Alegre. O grande número de pessoas que vão ficar desempregadas. Porque, recurso, para essas empresas recomeçarem, não chegou até agora. O Pronampe, volto a insistir, já falei duas vezes nessa tribuna e vou falar a terceira, o Pronampe está na mão dos bancos. Então é um empréstimo como em qualquer outro banco. Qualquer outro banco. Tem que ter a garantia e tem que ter a vida da pessoa. Se a pessoa tem uma dívida com a Net, por exemplo, vou dar um exemplo da Net: eu tinha um restaurante, ele tinha um bar, e botou uma Net lá e depois não chegou mais os jogos do brasileirão e ele estourou a Net lá, e a Net acionou ele. Se ele tem uma dívida com a Net, ele não tira dinheiro do Pronampe; se ele fez um refinanciamento de dívida num banco de cartão de crédito ou empréstimo que tinha no banco, ele não libera o dinheiro do Pronampe, só se ele quitar aquela dívida de 5, 10 anos atrás, que o banco chamou ele para refinar. E o pior de tudo, o Pronampe foi liberado para quem não precisava. Não teve um critério de análise das regiões onde tinha realmente enchente. Liberaram dinheiro para várias empresas que

não tinha parte atingida, e quem precisa não está sendo liberado. Voltamos a insistir aqui: nós precisamos ter no Rio Grande do Sul o tratamento que tivemos na época do covid para os trabalhadores e os empreendedores, porque os dois estão sendo afetados, e a enchente foi pior do que a covid, porque na covid os estoques estavam guardados, na covid as empresas existiam, na covid existia um pouco de venda ainda, na entrega; os motobóis, Ver. Pedro Ruas, existiram, até agora não tem um programa para os motobóis, um programa para o Uber, um programa para os taxistas, não tem um programa para o setor de transporte individual de passageiros que foi atingido. São centenas e milhares de pessoas que trabalham nessas plataformas e não foram agraciados com nenhum investimento do governo. E os trabalhadores e a empresa que perdeu tudo, literalmente perdeu o seu estoque, perdeu sua empresa e os seus clientes ainda não voltaram porque ele não conseguiu reabrir a empresa; tem que fazer desde a prateleira até a maquininha do cartão de crédito e está tendo que pagar o salário dos seus funcionários, porque conhece esse funcionário. Nós estamos falando da pequena e média empresa, os maiores empreendedores do Brasil, que conhecem seus funcionários, sabem a realidade dos seus funcionários. Para isso, o governo até agora não apontou uma solução, nenhuma solução, nada foi feito, a não ser pagar um salário mínimo, dois meses de salário mínimo para essas pessoas, dois meses. Não foi feito nada concreto para resolver a vida dos trabalhadores e dos pequenos e médios empreendedores nas áreas atingidas pela enchente. Nós esperamos que o governo faça isso, nós esperamos que o governo não permita que chegue a Porto Alegre a pior fase dessa enchente que é o desemprego, que é a destruição do trabalho, que é a destruição das empresas, que é a destruição das famílias. Então, esperamos que, de fato, o governo federal não abane com o nosso chapéu, com os nossos recursos que está antecipando. Se olhar a maioria dos programas do governo é antecipação de receita, inclusive a dívida do Estado, antecipação de receita. Teremos que pagar, teremos o juro correndo em cima disso, então esperamos que olhe, realmente, com os olhos para a geração de emprego e renda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Anunciamos a presença do sempre Ver. Pablo Mendes Ribeiro nessa plenária do dia de hoje. Seja sempre bem-vindo, vereador. (15h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada do PLE nº 046/23 da priorização.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento de discussão do PLL nº 144/23 por duas sessões.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Presidente, solicito que o PLL nº 244/23 seja o segundo projeto a ser apreciado na próxima sessão, visto que estamos ainda em articulação para uma eventual alteração da redação.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Portanto, o primeiro na priorização é do Ver. Gimenis o segundo, do Ver. Culau.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0374/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), até o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), destinada à construção do novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV). **(SEI 118.00483/2024-00)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- adiada a discussão por duas Sessões em 17-06-24;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-24.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 015/24](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro Pinheiro, colegas vereadoras, vereadores; sobre o Hospital Materno Infantil cabem algumas questões e também esclarecimentos. O Hospital Materno Infantil está localizado na esquina da Av. Independência num prédio completamente enjambrado. É claro que hoje tem um atendimento muitíssimo importante nesse hospital, muitíssimo importante, porém o local não é o mais adequado. Nós temos ali inclusive uma contratualização feita com a Pontifícia Universidade Católica, para quem ainda não sabe, temos em torno de 400 trabalhadores que são vinculados à PUC, porque a PUC fechou o setor de partos, de atendimento materno infantil, esses são operados diretamente no materno infantil, esses são operados diretamente no materno infantil. Não sei se os colegas sabem, mas há um terreno destinado ao Hospital Materno Infantil ali naquela parte antiga da EPTC, onde muitas vezes se param carros para fazer fiscalização, ali deve existir, futuramente, o novo, o novíssimo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Esclarecida essa questão, tem mais uma a ser colocada. Vou votar favoravelmente ao projeto, em princípio, mas eu quero ouvir o governo. Quero ouvir o governo. Precisa ter uma boa justificativa, porque o governo federal... Ninguém quer ouvir, não é? O governo federal tem uma dívida de R\$ 220 milhões com o materno infantil, as senhoras e os senhores sabiam dessa questão? Bom, é bom que saibam e saibam também que está totalmente encaminhada a solução para essa questão, Ver. Prof. Alex, porque houve uma paralisação nos pagamentos no governo anterior, foi retomado recentemente. E eu participei, inclusive, de conversas nesse sentido, eu me sinto gratificado por isso. O governo vai resolver essa questão, como também a Prefeitura agora, não sei se é por causa da questão de caixa, construiria também as duas unidades básicas de saúde que a Prefeitura deve para o GHC, um no Leopoldina e outro na comunidade Coinma. Essas negociações foram todas encaminhadas a contento até este momento, a não ser alguma questão de última hora que eu não saiba. É bom que a liderança do governo, o Cecchim e a Cláudia, expliquem essa questão, porque, em princípio, não me colocaria contra a questão desse empréstimo, no entanto não aparece essa questão que eu coloquei aqui, dos 220, que não é exatamente os 300, mas é quase os 300. Se houver uma explicação plausível, nós vamos acompanhar o governo; se não houver uma explicação plausível, eu votarei contra e farei uma declaração de voto, porque o esforço que nós estamos fazendo para que as contas sejam ajustadas entre o governo do município e o governo federal tem em mim um aliado e um negociador, e não um adversário, como alguns gostam de colocar aqui. Então quero deixar isso muito claramente colocado. Muito obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, um pedido de informação que eu tomo a liberdade de fazer diretamente da tribuna, para que meus pares tomem conhecimento. Eu gostaria de saber se o vice-prefeito está viajando. Se for positivo, para onde está viajando e quantas diárias Sua Excelência recebe nesse período. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro. Vamos pedir a informação.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate, é importante ressaltar que tem um grande jabuti nesse projeto. Quem olha, acha que é um bom projeto, mas a gente sabe que se trata de algo que o povo não escolheu como prioridade. Não está no Orçamento Participativo essa prioridade de empréstimo. E R\$ 300 milhões não dá! Para um processo de privatização do hospital que é renomado, premiado, o Hospital Materno Infantil. Quantos aqui nesta Casa nasceram lá? Vários. Sempre prestou um serviço público de qualidade com o funcionalismo público, que hoje, evidentemente, não está sendo bem remunerado. A Prefeitura deve 30% de inflação nos salários desses servidores e servidoras públicos. Mas vejam só quais são as prioridades do governo: não é empréstimo para fazer a reforma do sistema de prevenção contra cheias, que está aqui na votação; é um processo que tem endereço. Para vocês verem que o governo não se importa com o momento triste que vive a capital do pós-enchentes. Ele não traz aqui o empréstimo para ampliar o número de diques na cidade, reformar os diques da Zona Norte, fazer o restante que falta na Zona Sul. Não, não está aqui uma reforma nas 19 casas de bombas. Eu queria esses R\$ 300 milhões para o sistema de prevenção contra as cheias! Eu queria, se fosse o caso, a Prefeitura alega que não tem dinheiro, que esse empréstimo fosse para fazer toda a reforma nas obras dos arriolos canalizados da capital, como o Manecão, o Areia, o Conduto Forçado Álvaro Chaves, o da Av. Polônia. Não tem aqui, não tem aqui o interesse de reformar o sistema de problemas que nós temos hoje de esgotos pluviais – não tem! Ou seja, vejam só o que o governo faz no dia 24 de junho, praticamente 60 dias depois da grande tragédia. Aqui está, senhoras e senhores, ele não prioriza você que sofreu com as enchentes, aqui não está o pedido de empréstimo para reformar as 20 escolas que sofreram com a enchente, que estão fechadas. As crianças estão sem aula até hoje porque o governo não quer fazer a reforma das escolas, não quer fazer a reforma dos postos de saúde. As mulheres, os homens, as crianças, todos estão sem atendimento nas unidades de saúde do 4º Distrito, da região do Sarandi, Vila Elisabeth está fechada, a unidade de saúde; Sarandi, está fechada a unidade de saúde; Asa Branca, está fechada a unidade de saúde; Nova Brasília, está fechada. E não tem aqui o processo para abrir a saúde e Atenção Primária lá onde estão os mais sofridos que perderam tudo, móveis, perderam as casas. E eles não têm perspectiva de saúde e de educação na sua comunidade, porque o prefeito Melo quer empréstimo de R\$ 300 milhões para quê? Privatização do hospital. Que vergonha, Sebastião Melo! Depois da vergonha que V. Exa. passou dizendo na revista Veja que o Lula não tinha mandado dinheiro, e o Lula mandou mais de R\$ 3 milhões para os abrigos – foi desmentido instantaneamente. Abençoadas redes sociais, que não deixam os prefeitos mentirem. E agora ele não mente aqui, porque aqui na Câmara não pode mentir. Aqui ele bota processo de empréstimo, que não é para você, que sofre com os alagamentos

na Cavallhada, no arroio Grande, no arroio Cedro, arroio Cavallhada, não é empréstimo para você, na Restinga, que sofre com os alagamentos, não é empréstimo para você do Lami nem para você do Belém Novo, muito menos do Túnel Verde e Ponta Grossa, é o empréstimo porque as belezas, os maravilhosos querem privatizações, e eles continuam. Então vocês vejam, há dois programas em curso hoje na cidade: o programa dos atingidos pela enchente, que sozinhos estão tentando resolver, com recurso federal e estadual, e o programa do Melo, que ignora totalmente os problemas do 4º Distrito, Sarandi e demais regiões. Isso é vergonhoso, isso é triste, isso é execrável, é deplorável, é negligência, é ódio, isso é ódio a você que sofreu com as enchentes. Nós vamos contra isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Pois bem, vamos falar de um projeto do Executivo, do qual tivemos uma apresentação, na área da saúde, há uns três, quatro meses, sobre a necessidade e ampliação desse hospital, que tem trabalhos executados internamente para aquelas crianças que nascem do tamanho de uma mão. Eu vi um documentário internacional salientando um país onde tinha esse tipo de recuperação, onde as crianças, com conta gotas, se alimentavam. Pois nós temos aqui no Hospital Materno Infantil. Pela COSMAM, nós já fizemos muitas visitas a esse hospital, que merecidamente precisa de um ambiente moderno, com novas tecnologias. A apresentação da gestão do hospital foi muito eficiente. Esse empréstimo não é, Ver. Jonas, como você ir ali ao banco, assinar um papel e ter um empréstimo. Quem trabalhou na área, com empréstimos internacionais, sabe que até viabilizar um empréstimo internacional passam-se meses. E não é de agora, esse projeto de financiamento, isso já está tramitando há bastante tempo. Eu trabalhei muitos contratos internacionais, o último foi o do banco Bird de US\$ 56 milhões para a área social. Isso é tão fiscalizado que, quando se vê chegam as equipes de auditores de Washington, de Brasília, que têm a representação no Brasil para verem as metas. Eles estão lá e estão sabendo das metas, onde foi aplicado o recurso. Então, me dá muita segurança porque isso não é um tirar da carteira e colocar na bolsa o recurso. Tem fiscalização internacional, tem auditorias também no País, e é fantástico para quem gosta de atuar nessa área. Para mim, foi uma grande realização quando eu trabalhei, em 2017, no governo Sartori, fazendo auditoria justamente na liberação das parcelas e aprendendo com o rigor internacional da fiscalização.

Então dizer que o Município fez esse empréstimo agora não procede. Dizer que esse empréstimo deveria – claro que deveria – ser, se possível, aplicado em Porto Alegre. Mas está assegurado na Constituição Federal que, quando tem essas calamidades, é o governo federal que deve ter o poder de buscar as soluções, de repassar recursos. Uma coisa é você olhar no Portal e ver um valor, mas nós temos que ver na Secretaria da Fazenda – tanto estadual, como municipal – o que realmente chegou de recurso. O papel aceita muito, mas o que realmente chegou aqui para atender? Eu não acredito que o

prefeito, com toda essa trajetória, vai vir fazer *fake news* de um recurso que não entrou para os abrigos, dos recursos que não chegaram. Agora também encerrando, o Pronampe, que é muito triste, porque no interior tem cidades que não receberam também o outro projeto que são os recursos. Vieram, sim, os valores nós temos, mas não o que está sendo alardeado. Isso não é para ofender ninguém, isso é porque números só têm validade quando entram no caixa. Estar no papel é alguma coisa, estar no caixa disponível, nos cofres públicos disponíveis, é outra situação. Então eu fico muito tranquila com o empréstimo internacional – que não foi criado agora, que não foi criado na enchente, isso já vem de outros tempos – que vai atender o Hospital Materno Infantil que atende pessoas em vulnerabilidade, mães que têm os seus filhos, os seus bebês que, como eu disse antes, do tamanho de uma palma da mão. As pessoas que têm problemas de saúde, de vícios, todas são muito bem atendidas nesse hospital público. Que nós possamos ter essa nova sede com novas tecnologias, com base no que está sendo encaminhado pelo Executivo da capital. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Presidente, quero saudá-lo, saudar os demais vereadores, saudar o Aldo, que assumiu hoje o mandato. Parabéns! Presidente, eu até nem ia falar, mas quando vi o Ver. Jonas falar, eu achei que deveria vir à tribuna. V. Exa. tem que ouvir, o senhor fala tanta coisa aqui que às vezes não existe. Mas eu vou dizer pra ti o que existe. Nós estamos falando sobre o Hospital Materno Infantil, que é uma bela iniciativa do governo municipal, que terá financiamento junto ao BRDE. Mas aí, o Ver. Jonas vem aqui, diz isso e aquilo, mas eu vou lhe recordar, Ver. Jonas. Semana passada, nós votamos o empréstimo de US\$ 80 milhões, ao qual eu coloquei uma emenda. E a emenda faz parte agora, portanto, do projeto, que altera o objetivo do projeto para que além do objetivo inicial sejam acrescentados outros objetivos no sentido de que os recursos do empréstimo sirvam para viabilizar medidas importantes a serem tomadas na grande enchente, dentre as quais, aquisição ou produção de novas unidades habitacionais. Por falar em habitações, o governo federal prometeu R\$ 200 mil por residência, mas até agora não veio nada para Porto Alegre. O pessoal está esperando as casas de R\$ 200 mil. Então, essa emenda dos US\$ 80 milhões, já que no financiamento internacional paga menos juro, pois é menor do que o nosso. Esse de hoje veio do BRDE, está aqui no Rio Grande do Sul para a saúde. Mas quero lembrar que o Ver. Jonas esqueceu de que ele votou aqui junto conosco, que os US\$ 80 milhões são para aquisição ou produção de novas unidades habitacionais. Portanto, foi redirecionado o financiamento internacional para a realocação de pessoas e das famílias que residem em áreas de risco, identificadas pelo mapeamento e georreferenciamento da cidade. Também deverão ser utilizados os investimentos no sistema de proteção contra enchentes... Ele falou aqui, portanto, tem que ler o projeto, ler as emendas, para não falar bobagem aqui na tribuna. Na elaboração de execução de projetos de drenagem fluvial das áreas mais suscetíveis de

alagamento, bem como para o desassoreamento [que tanto se fala], com/ou a canalização de arroios (...) Tudo que ele falou aqui está no projeto de US\$ 80 milhões, e a emenda que este vereador colocou ele não leu, não sabe, e sai dizendo por aí. E o pior, vem aqui, nesta tribuna da Casa dele, da Casa do Povo, da Casa em que ele é o representante, e omite – para fazer um discurso barato, um discurso covarde – que igualmente será utilizado para reconstrução e revitalização de unidade de saúde, escolas, praças, parques públicos danificados pelas enchentes. Ou seja, nós não podemos renegar aquilo que nós votamos. E esse empréstimo internacional de US\$ 80 milhões vem para isso também uma parte, que antes não estava porque não tinha enchente, mas que nós aqui, por maioria, unanimemente, uma emenda deste vereador, direcionou para essas atividades que são decorrentes da enchente.

Então, o Ver. Jonas tem que ser mais comprometido com Porto Alegre, dizendo a verdade também. Eu gostaria que o senhor viesse em outra oportunidade aqui dizendo a verdade também, que está amparada pelos US\$ 80 milhões do Banco Mundial. Senão, cada um vem aqui e fala uma coisa, e o cidadão que está nos ouvindo pensa que é verdade algum discurso barato, ideológico, eleitoreiro. Tem que ter muito cuidado. Tem muita gente falando bobagem. Nós temos eleição dia 06 de outubro, e tem muita gente usando as redes sociais para fazer *fake news*, para mentir, para omitir, porque tem eleição e quer voto – voto eleitoreiro. Então, nesse sentido, nós temos que esclarecer sempre que um vereador vem aqui e omite a realidade e a verdade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para discutir o PLE n° 015/24.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, povo que nos assiste aqui na TVCâmara; eu vim aqui encaminhar contra esse projeto não porque eu seja contra que o Município pegue um empréstimo de R\$ 300 milhões, mas porque sou contra a lógica da terceirização, da privatização dos serviços públicos. Eu sou favorável, sim, ao fortalecimento do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, à saúde pública, mas esse valor vai ser para financiar não só a terceirização da construção, como a terceirização da gestão. Se esses R\$ 300 milhões fossem para fortalecer o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas público, nós certamente votaríamos a favor, né, Ver. Pedro Ruas, Ver. Alex, porque nós defendemos a saúde pública. Mas esse processo que a Prefeitura faz, de querer privatizar e terceirizar todo serviço, o caos que nós estamos vivendo em Porto Alegre, já vivemos na questão da assistência social com a FASC, quando terceirizou o acolhimento das pessoas em vulnerabilidade e deu no que deu na Pousada Garoa; era uma terceirização, não era a FASC, não eram servidores públicos que cuidavam daquelas vidas, e deu no que deu na Pousada Garoa. Agora, com a terceirização da manutenção do sistema de proteção às cheias – enchentes em Porto Alegre – para a Bombas Sinos, deu no que deu, porque mais uma vez o sistema não funcionou, não tinha manutenção, não tinha sequer fiscalização e Porto Alegre sofreu o maior alagamento da sua história. Então, o que falta

em Porto Alegre não é financiar mais terceirização, financiar mais privatizações, o que falta em Porto Alegre é investir novamente no serviço público de qualidade, porque o que a população precisa, principalmente aquela população mais carente, mais sofrida, é da saúde pública de qualidade, é da educação pública de qualidade, é dos serviços todos. O próprio DMLU, agora nós estamos vendo, foi totalmente terceirizado, só tem o nome. A gente viu agora, depois das cheias, bairros que até agora não foram limpos, as pessoas estão desesperadas. Hoje mesmo, eu fiz um pedido de providências, para uma cooperativa de recicladores, porque eles não conseguem trabalhar porque está cheio de lixo, e já pediram há 15 dias para o DMLU fazer a limpeza lá, tirar os resíduos que ficaram depois de limpar as ruas da região do bairro Floresta, depois da enchente, e o DMLU não foi ainda, por quê? Porque o serviço é todo terceirizado; portanto, nós não somos contra a Prefeitura vir aqui, pedir um empréstimo para melhorar o serviço, nós somos contra a lógica de pedir empréstimo, inclusive via BRDE, que é público, para financiar os empresários, para dar dinheiro para os empresários fazerem a gestão da saúde. E a gente sabe que quando o empresário terceirizado faz, a gente vê em vários hospitais aí, a visão é só o lucro e não o cuidado das pessoas, da saúde pública. Está aqui o companheiro do Simpa, o João; o Simpa tem uma posição contrária, e eu como sindicalista, nunca deixaria de votar junto com os trabalhadores que representam os funcionários públicos de Porto Alegre, os municipais, porque esses conhecem a saúde de Porto Alegre, conhecem todos os serviços públicos, conhecem o DMAE, conhecem todos e sabem o que significou esse desmonte do serviço público de Porto Alegre. O que nós estamos vivendo hoje em Porto Alegre é por conta do desmonte que foi feito, a entrega da Carris, a extinção do DEP, a terceirização de quase tudo no DMAE, o sucateamento do DMAE, da saúde pública, a terceirização da maioria dos postos de saúde. A maioria dos postos de saúde, hoje, de Porto Alegre, estão terceirizados; por isso que a população reclama do atendimento; portanto não adianta vir aqui nos acusar que nós somos contra a Prefeitura pegar o empréstimo para melhorar a saúde. Nós não somos contra a Prefeitura pegar o empréstimo, somos contra a lógica de pegar empréstimo para botar na mão das empresas privadas que não vão fazer uma boa gestão, como não fizeram na Pousada Garoa, como não fizeram no sistema de proteção de cheias de Porto Alegre, é tudo terceirizado, privatizado. Por isso que nós, do PT, e a oposição aqui, estamos encaminhando voto contrário a esse projeto. Não à terceirização; sim ao fortalecimento do serviço público de qualidade na nossa cidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Fica, Ver. Jonas! Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas. Olha, quando o PT sobe aqui para criticar a terceirização, privatização, concessão à iniciativa privada na área da saúde, realmente me espanta e me espanta muito. Vocês sabem qual foi a primeira experiência de parceria público-privada na gestão de hospitais do Brasil, Ver.^a Comandante Nádia? O PT, na

Bahia. Inclusive, o Hospital do Subúrbio, em Salvador, em gestão com a parceria da iniciativa privada, após o governo do PT ter feito a privatização, entrou no *ranking* dos 100 melhores hospitais do mundo. Qual é a dificuldade que nós temos aqui em Porto Alegre de a esquerda, de o PT aceitar aquilo que a própria esquerda e o PT fazem em outras cidades, em outros estados e no governo federal? Ou vão me dizer que, neste momento, não está sendo colocada em pauta, mais uma vez, pelo governo federal, por exemplo, a ampliação de rodovias com a concessão da iniciativa privada pelo governo Lula? Está, e aqui no Rio Grande do Sul, inclusive. O próprio PCdoB, quando governou o estado do Maranhão, com Flávio Dino, avançou – e avançou muito – em processos de parcerias público-privadas, concessões e privatizações. Por que isso, por uma questão ideológica? Não, porque a matemática não tem ideologia. Quando se coloca na ponta do lápis a possibilidade de a iniciativa privada ter muito mais leveza na gestão, seja de um hospital, de uma unidade de saúde, de uma rodovia, de um aeroporto, se verifica que é muito mais em conta para o gestor privado fazer uma série de contratações do que se ficassem a cargo do Estado, do serviço público; além de terem uma demora muito maior, teriam um custo maior também. Então a hipocrisia do PT, quando sobe aqui a esta tribuna para criticar qualquer tipo de terceirização, parcerização, concessão, PPP, privatização – seja o nome que for –, na área da saúde, é latente. Repito: quem fez a primeira PPP da história do Brasil em gestão hospitalar foi o PT, no governo da Bahia. E deu certo, foi um bom exemplo, um bom modelo. Inclusive, quando, já há alguns anos, se iniciaram os estudos sobre o que poderia ser feito com a iniciativa privada para nós trazermos mais qualidade no atendimento público, porém não estatal, com o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, um dos modelos – o chamado *benchmark* – que se buscou foi justamente o hospital de Salvador, feito em parceria com a iniciativa privada no governo do PT. Tirem as vendas, meus amigos! Tirem as vendas, antes que a máscara caia, porque a realidade está imposta. A gestão da iniciativa privada tem muito mais capacidade de poder fazer o gerenciamento do cotidiano, a possibilidade de poder trocar um ar-condicionado, uma lâmpada, contratar um serviço melhor de limpeza, de vigilância e tudo aquilo que faz um hospital ser efetivamente, público, bom para as pessoas. De modo algum se vai cercear o atendimento às pessoas que mais necessitam, pelo contrário, se vai dar dignidade para que as pessoas assim possam fazê-lo, e as mães, os bebês, as crianças da nossa cidade tenham hoje e no futuro condições muito melhores de poderem ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde com atendimento de saúde pública de qualidade, porém sem a gestão atrasada, lenta e ineficiente que a máquina pública, muitas vezes impõe a todos nós pagadores de impostos. Então, neste caso meus parabéns ao PT, meus parabéns ao Partido dos Trabalhadores que fez a primeira gestão de hospital em parceria público-privada da história do Brasil e que serve inclusive como modelo para outros estados e outros municípios que assim desejam fazê-lo. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Mauro, Sras. e Srs. Vereadores, eu resolvi me inscrever a partir do momento que eu ouvi a manifestação do amigo Ver. Ramiro Rosário de que a iniciativa privada é que tem capacidade. Não vou dizer que não tem; agora, o poder público tem mais capacidade e muito mais conhecimento acumulado. O exemplo eu vou citar aqui: a Fraport, que aliás, é algo meio que comum: quando gera lucro, eles são capitalistas, não é Ver. Prof. Alex? Capitalistas de primeira, no lucro. Foi só encher de água o aeroporto, agora eles querem dinheiro do governo. Quando dá lucro é capitalismo, e o prejuízo se socializa. É muito fácil sermos capitães da iniciativa privada nesse conjunto. Eu estava agora conversando com a Nádia com relação ao empréstimo que estamos tratando, com a Nádia não, desculpa, com a Cláudia, estava conversando agora e vou votar favorável ao projeto dos R\$ 300 milhões para a reforma do hospital. E não acredito que vá se privatizar, terceirizar ou coisa assim, porque, na verdade, teremos outro governo logo mais, e não tem como passar aqui na Câmara uma privatização deste hospital, porque ele presta relevantes serviços à cidade de Porto Alegre e ao Estado. Portanto, vamos votar favorável, dizendo e reconhecendo a capacidade do setor público diante de tudo que está acontecendo aí. E, mais uma vez, registrar que estou apresentando, já apresentei, projeto da criação de uma instituição, uma secretaria, que vai tratar do manejo das águas aqui da capital, de Porto Alegre. Aquele abraço. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esclarecendo sobre o pedido do Ver. Pedro Ruas, o nosso vice-prefeito Ricardo Gomes viajou entre o dia 17 e o dia 23 de junho, já retornou a Porto Alegre, já está trabalhando na Prefeitura, eu só não tenho como lhe precisar os valores gastos, e aí o senhor teria que fazer ou um pedido formal de informação ou conversar com o líder do governo para que possa esclarecer. Mas o pedido do vice-prefeito foi para os dias 17 a 23 de junho.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Agradeço a V. Exa.; muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 015/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, colegas vereadores, quando a gente vê subir à tribuna vereadores da esquerda que passam reclamando da saúde pública no município de Porto Alegre, e quando nós temos um projeto de lei do Executivo que pode melhorar um dos hospitais aqui de Porto Alegre e a gente vê esses mesmos vereadores dizendo “não”, no mínimo, é uma incoerência desses que falam mal da saúde, mas não querem que a saúde melhore. Eu tenho visitado bastante o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, até porque o diretor-presidente é o meu colega de Brigada Militar, Dr. Cincinato, que tem feito um trabalho maravilhoso no Presidente Vargas. Inclusive agora, durante as enchentes, conseguimos, juntamente com Instituto Cultural Floresta, fazer entregas de cadeiras do papai para que as mães possam

amamentar, para que os pacientes ali possam ser melhor acolhidos. E esse projeto de lei é muito simplório, o governo municipal pede autorização para que possa contratar uma operação de crédito. Operação de crédito, aquela que ele vai tirar um valor e, em breve, vai devolver. E vejam: se necessário e até R\$ 300 milhões, ou seja, podem ser R\$ 10 milhões, podem ser R\$ 50 milhões, podem até ser todos os R\$ 300 milhões. O problema muitas vezes é de interpretação de texto ou de má vontade. E eu entendo a má vontade, porque estamos num período de ano eleitoral, e a politicagem se faz necessária, principalmente para aqueles que gostam de lacrar, para aqueles que não têm pautas objetivas ou aqueles que gostam muito de falar, falar, falar e ações que são boas, nada ou quase nada. Tal qual o governo federal que anuncia hoje que vai interromper na data de amanhã o Auxílio Reconstrução. E vejam bem, essa interrupção pega exatamente aquelas pessoas que mais precisam, as pessoas mais vulneráveis, as pessoas mais pobres, mas eu entendo o porquê. Quando a gente lê a reportagem, a gente vê que, hoje, quase 257 mil pedidos no Rio Grande do Sul foram feitos para o governo federal, que estava disposto a atender 240 mil, ou seja, vai ultrapassar aquilo que o governo federal gostaria de entregar ao Estado do Rio Grande do Sul, ao qual ele está fazendo uma retaliação, porque aqui o governo Lula não ganhou. É básico. A gente tem que fazer as leituras do que acontece, as leituras são essas, estava previsto R\$ 1,23 bilhões do orçamento federal para alcançar para 240 mil famílias. Ponto. Como já tem inscritas 257 mil famílias, o governo federal teve que parar as inscrições, porque ele já não tem capacidade de pagar para aquelas que ele estipulou que seriam 240 mil pessoas. Então, nada é por acaso. Aqui as coisas acontecem na cartilha do PT, do PSOL e do PCdoB, da esquerda, que é uma cartilha velha que eu escuto há muito tempo, uma cartilha de desmonte, uma cartilha de não à terceirização, uma cartilha de sucateamento, uma cartilha de fascismo, disso e daquilo, palavras que a gente ouve sempre, e eles não mudam o disco. É melhor se atualizarem, porque as pessoas estão cansadas de falas e falas e falas, de falar sem agir. Nós precisamos de mais ações. E eu tenho dito, o governo do Município está agindo e muito. As pessoas querem o serviço público, querem a solução, e não interessa se essa solução vem do público, do privado, do parceiro. Para encerrar, Presidente, as pessoas querem os serviços à altura, e não interessa se vem de A, B ou C, como quer crer aqui o pessoal do quanto pior melhor, porque é tempo de politicagem, é tempo de vergonha, inclusive de quem pede por outrem para saber algumas coisas do governo municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelos Vers. Adeli Sell e Pedro Ruas, o PLE nº 015/24. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para esclarecer para a oposição que nós estamos votando um projeto para a construção de um hospital.

Vereador Adeli Sell (PT): Para uma brevíssima declaração de voto. Diante da falta de explicações sobre os recursos federais já negociados, me abstenho de votar para acompanhar o processo, já que sou defensor do novo e moderno HPV.

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, a pedido do meu colega Oliboni, solicito que o PLL nº 084/23 seja a terceira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver. Fernanda Barth e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLL nº 580/23. Não há necessidade da dispensa do envio às comissões porque a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

Apregoo Ofício nº 1.799/24, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/24, que inclui o art. 5º-D na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004 - que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, autorizando o diferimento das contribuições previdenciárias patronais do Regime Financeiro de Capitalização, no período de maio a dezembro de 2024, face ao estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre, declarado pelo Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024.

Apregoo Ofício nº 1.809/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 020/24, que “dispõe acerca do procedimento para o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) devidas pelo Município de Porto Alegre, suas Autarquias, Fundação e Empresa Pública e dá outras providências”.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 614/23 por uma sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): *Online é só votação e presença, mas a sua assessoria pediu aqui...*

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, em nome do Ver. Claudio Janta, o adiamento do PLL nº 614/23 por uma sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação requerimento de autoria do Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h17min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0323/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/24, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que altera os limites das Subunidades 1 e 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 48 da Macrozona (MZ) 8, cria a Subunidade 8 na UEU 48 da MZ 8 e define seu regime urbanístico, incluindo-os nos Anexos 1.1 e 1.2 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA). **(SEI 039.00047/2024-21)**

PROC. Nº 0384/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 024/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui § 8º no art. 29-D da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, permitindo aos comerciantes do Bairro Centro Histórico a exposição à venda de mercadorias sob toldos, utilizando sua estrutura de apoio e paredes da própria edificação. **(SEI 220.00185/2024-80)**

PROC. Nº 0828/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 487/23, de autoria do Ver. José Freitas e da Verª Fernanda Barth, que obriga os hospitais, as clínicas, os laboratórios, as unidades de saúde e de pronto atendimento da rede pública e privada no Município de Porto Alegre a comunicar imediatamente a autoridade policial, no prazo de 24 horas, quando houver indícios ou confirmação de maus tratos e violência contra mulheres, idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. **(SEI 034.00339/2023-87)**

PROC. Nº 0310/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/24, de autoria da Verª Mari Pimentel e dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que institui o Programa PousadaPoa, estabelecendo requisitos para a realização de contratos de convênios ou parcerias com estabelecimentos hoteleiros, pousadas, pensões e *hostels* para atender a população mais vulnerável. **(SEI 211.00033/2024-96)**

PROC. Nº 0338/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/24, de autoria do Ver. Adeli Sell, que cria o auxílio emergencial Mário Quintana, benefício eventual e transitório direcionado aos artistas do setor cultural local do Município de Porto Alegre. **(SEI 022.00171/2024-01)**

PROC. Nº 0309/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera a ementa e inclui art. 2-A na Lei nº 12.742, de 06 de novembro de 2020 – que determina a criação de repositório de julgados dos recursos apresentados às notificações de infração por meio da Junta Administrativa de Recurso de Infração (JARI), da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) –, estabelecendo que o órgão ou a entidade à qual as JARIs estiverem vinculadas deverá dar publicidade em seu sítio eletrônico às sessões de julgamentos dos recursos apresentados às notificações de infração nos termos em que especifica. (SEI 220.00162/2024-75)

PROC. Nº 0362/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/24, de autoria da Ver^a Mari Pimentel e dos Vers. José Freitas e Alvoní Medina, que inclui art. 2º-C na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, ampliando a disponibilização de informações no Portal Transparência Porto Alegre referentes a recursos públicos e privados recebidos extraordinariamente, por qualquer modalidade de transferência, pelo Município em razão de estado de calamidade pública. (SEI 034.00211/2024-02)

PROC. Nº 0392/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 194/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui a obrigatoriedade de realização anual de exercícios de fechamento das comportas do Sistema de Proteção Contra Cheias no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00132/2024-01)

PROC. Nº 0418/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 205/24, de autoria da Ver^a Biga Pereira e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que torna obrigatória a marcação indicativa do nível da água nos prédios públicos em caso de enchente no município de Porto Alegre. (SEI 234.00065/2024-79)

PROC. Nº 0429/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/24, de autoria do Ver. José Vendruscollo, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Bazar Casa Maria. (SEI 347.00004/2024-80)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1188/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 523/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública o Instituto Venturi para Estudos Ambientais. (SEI 037.00428/2021-69)

PROC. Nº 1313/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 748/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que cria o Programa Censo de Inclusão das Igrejas Evangélicas no Município de Porto Alegre. (SEI 145.00102/2023-76)

PROC. Nº 0192/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/24, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Municipal de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos (Pmundree) no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00117/2024-45)

PROC. Nº 0347/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o § 1º do art. 1º e inclui inc. IV e parágrafo único no art. 2º da Lei nº 13.640, de 29 de setembro de 2023 – que institui o Programa de Recuperação Emergencial e Auxílio Humanitário destinado à mitigação de danos à população afetada por situações de emergência ou calamidade pública, no Município de Porto Alegre –, acrescentando como objetivo do Programa a promoção da capacitação, da formação e do aperfeiçoamento dos agentes políticos e dos servidores públicos, efetivos e comissionados, de forma continuada, com oferecimento de cursos especializados na atuação em situações de emergência ou calamidade pública. (SEI 220.00172/2024-19)

PROC. Nº 0349/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 180/24, de autoria do Ver. Adeli Sell, que disponibiliza vagas de hospedagem social, em modalidade excepcional, transitória e emergencial, por meio do credenciamento de estabelecimentos hoteleiros, pousadas, pensões e *hostels*, bem como de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), para a prestação de serviços de hospedagem, em condições de pronto atendimento, no Município de Porto Alegre. (SEI 022.00180/2024-93)

PROC. Nº 0381/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 190/24, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que suspende, pelo período de 6 (seis) meses, o pagamento das parcelas referentes à aquisição de terrenos localizados no Parque Industrial da Restinga, em razão dos efeitos decorrentes do estado de calamidade pública de que trata o Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024. (SEI 025.00039/2024-98)

PROC. Nº 0387/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/24, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que prorroga, por 3 (três) meses, os prazos administrativos de recursos que tramitam na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), vencidos e vencidos a partir do dia 2 de maio de 2024 até o dia 31 de maio de 2024, e anula as multas de trânsito aplicadas pela EPTC relativas ao período do dia 2 de maio de 2024 até o dia 31 de maio de 2024. (SEI 144.00015/2024-09)

PROC. Nº 0419/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/24, de autoria do Ver. José Vendruscollo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Leonardo Lamachia. (SEI 347.00001/2024-46)

PROC. Nº 0420/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/24, de autoria do Ver. José Vendruscollo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Valerio Caruso. (SEI 347.00002/2024-91)

PROC. Nº 0428/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 042/24, de autoria do Ver. José Vendruscollo, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Gustavo Juchem. (SEI 347.00003/2024-35)

PROC. Nº 0306/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui § 5º no art. 71 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, estabelecendo que o infrator responsável por maus-tratos a animal arcará com as despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão, na forma do Código Civil, inclusive, ressarcindo à Administração Pública Municipal os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária prestados para o tratamento integral do animal. (SEI 138.00052/2024-15)

PROC. Nº 0311/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/24, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui § 1º-A no art. 4º da Lei Complementar nº 876, de 3 de março de 2020 – que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica – excluindo do disposto no § 1º do art. 4º as atividades de Albergue - Classificação Nacional de Atividades Econômicas nº 5590-6/01, e de Pensão (alojamento) - CNAE nº 5590-6/03. (SEI 210.00220/2024-71)

PROC. Nº 0312/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/24, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera as als. *a* e *b* do inc. II e inclui parágrafo único no *caput*, todos no art. 3º da Lei Complementar nº 555, de 13 de julho de 2006 – que proíbe, no Município de Porto Alegre, o uso de produtos fumígenos em recintos coletivos e em recintos de trabalho coletivo –, ampliando sanções no caso de infração. (SEI 038.00049/2024-11)

PROC. Nº 0285/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/24, de autoria do Ver. Jonas Reis, que destina espaço na Praça Augusto Cesar Sandino, localizada no Bairro Menino Deus, para instalação de estátua em alusão à Mulher Negra da Ilhota. (SEI 210.00193/2024-36)

PROC. Nº 0292/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/24, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que assegura o direito a atendimento especializado para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos concursos públicos e processos seletivos públicos realizados no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00072/2024-11)

PROC. Nº 0339/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui os Monumentos em Homenagem aos Voluntários

Anônimos das enchentes de maio de 2024 no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00123/2024-11)

PROC. Nº 0402/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/24, de autoria do Ver. Professor Vitorino, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Gilberto Porcello Petry. (SEI 308.00001/2024-85)

PROC. Nº 0403/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/24, de autoria do Ver. Professor Vitorino, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Zildo de Marchi. (SEI 308.00002/2024-20)

PROC. Nº 0405/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/24, de autoria do Ver. Professor Vitorino, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à MK Life – Medical and Dental Products Brasil. (SEI 308.00003/2024-74)

PROC. Nº 0408/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/24, de autoria do Ver. Professor Vitorino, que concede a Comenda Porto do Sol ao Escritório Krás Borges e Duarte Advogados Associados. (SEI 308.00004/2024-19)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadores, vereadoras, quero a atenção, especialmente das lideranças do governo, Ver. Idenir Cecchim e Ver.^a Cláudia Araújo, para que a gente discuta aqui com muita atenção e preocupação o caso do arroio do Salso. Eu vou repetir um chavão, que deve ser uma espécie de *hashtag*: arroio não é valão. As pessoas jogam detritos nos arroios. Meu colega Jonas tem um projeto que fala inclusive das nascentes, da preocupação com as nascentes. O arroio do Salso tem 23 afluentes; sua nascente fica exatamente naquele condomínio na Lomba chamado Chácara das Nascentes. Quando ele chega à Restinga, no pontilhão, porque aquilo não é uma ponte, aquilo é um pontilhão... Dias atrás os ônibus não conseguiram passar, cruzar por ali, o arroio do Salso desbordava para o lado esquerdo da sua descida, rumo ao Guaíba. Agora ele consegue desbordar tanto à esquerda quanto à direita, já chegando na Estrada Costa Gama. Um perigo incrível para os moradores. Ele vai indo e, quando chega na divisa da Hípica com a Aberta dos Morros, tem uma rua

imensa que chega na ponta do arroio, ele tranca exatamente todo o esgotamento pluvial de algumas edificações feitas. Diga-se de passagem, algumas de duvidosa licença, porque não há um esgotamento adequado. Anotem: não há um esgotamento adequado. Nem vou falar um pouco do que ele vai depois, que ele vai seguindo perto da margem do Guaíba para desembocar no Guaíba. Ele passa por sete bairros. O Salso hoje é um problema, está virando um valão, está assoreado. É preciso fazer dragagem. O arroio Dilúvio está na situação que está hoje porque ele é sistematicamente dragado, limpo; senão ele teria transbordado na enchente de maio. Chegou perto, mas não transbordou; chegou muito perto. O arroio do Salso é um grande problema para aquela população, não é ribeirinha, é toda uma bacia do Salso, que, na verdade, tinha uma área de proteção, mas houve ocupações, houve vários problemas. Inclusive, nós aqui, votamos, e eu vim aqui discutir com o vereador que estava sentado ali onde o seu Aldo está sentado. Dizia: "Está errado esse projeto especial, vocês vão fazer um condomínio que vai causar problema". Dito e feito, causou problemas. Temos um baita problema na Zona Sul, o arroio do Salso precisa ser dragado, nós vamos fazer campanha: "Arroio não é valão. Dragagem do Salso já!" Não é só o Salso. No verão, o arroio Capivara vira uma latrina, é um fedor impressionante. No inverno, quando chega, passa pela Vila Nova, ele vem vindo, ele joga todos os detritos lá para dentro do Guaíba. Em 2015, foi feita toda uma ação ali na Vila Nova, mas só foram 800 metros. Ele tem 4,5 quilômetros, Mas não é só esse arroio, o Cavallhada, a mesma coisa, aquele que dá aqui perto do *shopping*, que lá tem o Golden Lake, o lago de ouro, e quem mora ali, olha para baixo, às vezes tem até um amarelo, mas aquele amarelo é um problema de oleosidade do Cavallhada. É outro problema, esse houve algumas pequenas dragagens, mas tem um outro que tem o nome de arroio Moinhos. Aquele que, em 2015, foi feito todo um planejamento, ele desce lá da São José, Campo da Tuca, que é Bairro Vila João Pessoa, e desemboca ali na PUC, pois esse foi o projeto que deu origem àquele empréstimo, que o Marchezan perdeu – Marchezan perdeu –, por isso que o Moinhos agora, na chuvarada, veio lavrando tudo pela frente ali na altura do Campo da Tuca. Vou concluir, porque não são apenas esses, há outros. Eu fiz um apelo aqui para a base do governo, ou a gente atenta para os nossos arroios e faz dragagem já, ou haverá muitos alagamentos em Porto Alegre. E tem responsabilidades, o poder público local tem que cuidar dos seus arroios, porque arroio não é valão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vim aqui falar sobre três temas extremamente pertinentes neste momento. Eu quero cumprimentar aqueles que nos acompanham nas redes sociais e na TVCâmara. Eu sou daquelas pessoas que têm entendimento que a gente tem que ser construtivo, a gente tem que ser propositivo, e muitas vezes eu vejo vereadores da oposição atacando o prefeito. Durante os três anos e meio que estão aqui na Câmara, a única coisa que fizeram foi atacar o prefeito, porque não têm nenhum projeto. Eu acho

que a bancada da oposição, sendo situação em nível federal, tem uma oportunidade muito grande de construir um bom trabalho que beneficie os porto-alegrenses. Aqui eu quero sugerir aos meus colegas que são oposição, são aliados do presidente Lula, sobre essa questão do Estadia Solidária, por exemplo: o governo Melo está entrando com R\$ 600,00 e o governo Leite está entrando com R\$ 400,00. O prefeito Melo pediu, mas não foi escutado pelo governo federal – e nós gostaríamos muito –, que o governo federal também encampasse R\$ 600,00 para a gente aumentar esse recurso que chega lá na ponta para o cidadão porto-alegrense, o cidadão gaúcho, mas nós também precisamos, Ver.^a Mônica, de apoio do governo federal no programa Estadia Solidária. Foi pedido pelo prefeito Melo, mas não ecoou junto ao governo federal. É uma bela missão para a bancada de oposição. Essa questão do fechamento do cadastramento do Auxílio Reconstrução no dia de amanhã, isso tem que ser revisto pelo governo federal, porque há milhares... Mais de cem mil cadastros já foram mandados para o governo federal, e amanhã, terça-feira, o governo federal está encerrando o cadastro do Auxílio Reconstrução. Isso não está correto, e é mais uma oportunidade para a bancada de oposição, que é situação, volto a dizer, em nível federal, trabalhar a extensão desse tempo para o cadastramento no Auxílio Reconstrução.

Eu quero aqui finalizar sobre a questão da recomposição orçamentária. Quero lembrar a todos que nos acompanham nas redes sociais, na televisão, na TV Câmara, que durante o governo Jair Bolsonaro, durante a pandemia no governo Bolsonaro, o Presidente da República mandou recursos para todos os Estados da federação, pois a recomposição orçamentária dos municípios e dos estados era necessária, naquele momento, pela abrupta queda de arrecadação. Ora, durante a pandemia, o Rio Grande do Sul recebeu R\$ 3 bilhões de recomposição orçamentária, e o município de Porto Alegre, dentro desses R\$ 3 bilhões, recebeu R\$ 505 milhões. Portanto, eu acho que é uma pauta também extremamente pertinente ao governo Lula mandar esse recurso, sim, vereador líder da bancada do PT, para o município de Porto Alegre recompor o orçamento do município. Porque a previsão de queda de arrecadação da Prefeitura de Porto Alegre, segundo a Fazenda municipal, é de R\$ 800 milhões até o final do ano. Portanto, eu sou daqueles que acham que é uma bela oportunidade para quem quer construir para quem quer fazer política pública e quer construir soluções para o povo porto-alegrense. É uma bela oportunidade de, neste momento, a bancada de oposição, junto com a situação, engordar o Estadia Solidária em que o prefeito Melo dá 600, o governo Leite dá 400; o governo federal, o governo Lula, é bem-vindo a compor esse recurso. O auxílio reconstrução precisa, Ver. Jonas, ser estendido, e o cadastramento também. O governo Bolsonaro aponta a solução do que ele fez na pandemia, e, na pandemia, foram todos estados da federação. A catástrofe climática aconteceu só no Rio Grande do Sul; portanto, o governo Lula, sim, tem a obrigação e a responsabilidade de construir uma solução para recomposição orçamentária, não só de Porto Alegre, como de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, atingidos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Colegas vereadoras, vereadores, hoje pela manhã o ministro Paulo Pimenta fez o lançamento de um *site* que está à disposição de todos e todas. Um *site* que apresenta todos os dados – então, é transparência –, e eu sugiro que cada um aqui leia, porque eu quero crer que quando vêm aqui à tribuna e trazem informações equivocadas, eu suponho que seja desinformação, ignorância dos dados apresentados, dos números apresentados. Porque quero crer que as pessoas aqui, todos saibam fazer contas do que de verdade tem-se colocado. Ver. Pablo, quero lhe informar, nesse sentido, é uma informação, que, sim, aqui no Rio Grande do Sul, durante a pandemia, felizmente, por iniciativa e articulação do Congresso Nacional, aqui nós obtivemos recursos quando alguns, inclusive o então Presidente da República tentou vetar, como é o caso da cultura, mas o Congresso conseguiu, à revelia do governo federal. E nós conseguimos, portanto, essa é a verdade, Congresso Nacional conseguiu aqui. Portanto, quero dizer aos desinformados, que eu quero que crer que seja desinformação e não má-fé, que não sabem que aqui já foi depositado – depositado, dinheiro novo, dinheiro novo – mais de R\$ 537 milhões. Que é mentira, muito mentira, quando diz que o governo federal não colocou R\$ 0,01 nos abrigos. Que é isso, gente?! Foram R\$ 3,743 milhões na segurança alimentar e assistência social, cestas básicas, parcela extra do SUAS para os abrigos. Aqui, a gente tem Defesa Civil, nós temos programa emergencial de acesso ao crédito, inclusão de novas famílias no Bolsa Família, seguro-desemprego, programas de direito à escola, R\$ 537 milhões de dinheiro novo. Fora as antecipações, por exemplo, que são mais de R\$ 1,569 bilhão. Antecipação dos benefícios de FGTS, de previdência, de antecipação de Bolsa Família. E ainda a prorrogação dos tributos e suspensão de dívida. Isso são informações que estão lá no Portal Transparência, nesse *site* que foi lançado hoje, pela manhã. Portanto, Sebastião Melo, quando não informa os dados, aqui digo para o Pablo Melo que foram indicados para o governo federal 101 mil cadastros, dos quais, 98 mil já foram liberados. No primeiro lote, não tinha um cadastro sequer. Para o segundo lote, que encerra amanhã, já entrou mais de 100 mil, sendo que muitos ainda têm divergências quanto ao CEP mal-informado, e as pessoas deixando de receber os seus R\$ 5,1 mil que o governo federal destina. Portanto, desde o dia 1º de maio, quando nós começamos a sofrer essas enchentes, será que há competência desse prefeito e da Prefeitura e dos que o seguem? Não conseguiram cadastrar e agora querem prorrogação ainda do cadastro que se encerra amanhã? Tenham santa paciência! É muita, muita incompetência.

Por isso nós reafirmamos aqui: sim, é preciso que o governo federal, que o governo estadual, junto com o governo municipal, mobilize, afinal de contas, um prefeito, a sua principal tarefa é ser um articulador político e não ficar chorando o tempo inteiro de que não tem como fazer. Articule com os entes e traga mais recursos para o Rio Grande do Sul. Aqui já foi depositado. Apresente projetos e não fique no choro de quem não sabe apresentar projetos, só fica com declaração de intenção, aliás, que foi o que a consultoria,

que também já encerrou, fez: não apresentou absolutamente nada de projeto; só intenções. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldo Borges está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDO BORGES (PSDB): Sr. Presidente, eu ouvi atentamente e tenho acompanhado toda essa situação, *in loco*, porque eu estou dentro das comunidades, dentro das Ilhas, trabalhando, ajudando as pessoas que estão passando por essa situação terrível. O que eu quero dizer aqui para vocês é que o governo federal não está trazendo nenhuma esmola para o Rio Grande do Sul e nem para Porto Alegre. O governo federal não produz dinheiro, o governo federal apenas administra o dinheiro que sai daqui, que sai de todos os governos e que ele tem que devolver, não é esmola, é uma obrigação. Quando tem inundação, enchentes, a responsabilidade, sim, é do governo federal também, não se pode colocar no colo do atual prefeito toda responsabilidade, porque se passaram vários prefeitos antes do prefeito Sebastião Melo que nada fizeram, ou fizeram, mas não foi suficiente. E não é só em Porto Alegre, não é só no Rio Grande do Sul, aconteceram enchentes no mundo inteiro neste último mês. Miami, semana passada, minha irmã mandou um vídeo em que tinha 40, 60 veículos boiando em frente ao edifício em que ela está, ou seja, é questão ambiental. E onde é que estão os ambientalistas, que entraram na justiça e proibiram tirar areia do nosso rio, lago Guaíba, seja lá o que for? Onde é que eles estão agora? E a responsabilidade não é deles também? Por que hoje a gente não tira mais areia? Se eu tiver um copo, como eu tenho aqui, se eu tirar a areia, por exemplo, que está aqui, a água não vai subir; agora, se eu não tirar e a areia continuar aqui, e eu colocar água, ela vai se espalhar, como a água se espalhou em toda nossa cidade. Então não foi só problema dos diques, das bombas, não, são muito mais situações que não foram enfrentadas. Eu pergunto: onde estão os ambientalistas? Não vi responsabilidade de ninguém, não vi ninguém ser responsabilizado por isso. Eu volto a dizer: nós temos, sim, que tratar o Guaíba como todo mundo dizia: "Ah, não podemos ficar de costas para o Guaíba". Nós temos que ficar e olhar de frente para o Guaíba e ter ações para que não aconteçam mais esse tipo de situação que está acontecendo agora aqui em Porto Alegre e, principalmente, na região das Ilhas, Humaitá e na Zona Sul. Nós precisamos ter atitudes do governo federal, sim, porque é responsabilidade dele também.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Passa.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Passa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, colegas, quero primeiro aqui agradecer ao Ver. Márcio Bins Ely por me ceder o tempo em Comunicações. Eu quero aqui vir falar sobre o quanto o Rio Grande do Sul e a nossa Porto Alegre padecem; padecem por uma atitude de vingança, de revanchismo, uma atitude de raiva contra o nosso Rio Grande do Sul e a nossa Porto Alegre. E é uma centena de atos e omissões desse desgoverno que deixa todos nós, brasileiros, envergonhados. E por que isso? É leilão do arroz importado, e se nós não abrissemos a boca para mostrar o quanto havia de irregularidade, esse leilão não seria anulado. E fala Lula: "O leilão foi anulado por falcatrua em uma empresa." Ora, que vergonha, querido colega Aldo, falcatrua de uma empresa. E vão me dizer que o governo Lula não sabia que havia problemas nesse leilão. Pior ainda, ele teima em comprar arroz importado mesmo que os nossos arrozeiros, aqui no Rio Grande do Sul, tenham comprovadamente mostrado que mais de 10 milhões de toneladas de arroz são produzidos aqui, dando para alimentar todo o Brasil, vários outros países, e mesmo assim esse desgoverno teima em retirar o imposto de um arroz importado e não dar nenhuma *agüela* para os nossos agricultores. Bom, esse desgoverno já chamou o agro de fascista. É uma verdadeira caça às bruxas aos nossos agricultores, isso é uma vergonha; além disso, o desgoverno é um problema acima do outro. Eu acabo fazendo um vídeo, daqui a pouco já tem mais dois, três, quatro para fazer para mostrar as incongruências desse desgoverno, como por exemplo, no Ceará, esse desgoverno diz para uma mãe de 25 anos, que tem três filhos, diz exatamente assim: "A senhora tem que parar de ter filhos porque a senhora é uma beneficiária do Bolsa Família". Ora, Ver. Ramiro, onde estão as feministas de plantão? Cadê as mulheres que são "meu corpo, minhas regras"? Um desgoverno mandando uma mulher parar de ter filho. Como ousa o Lula dizer para uma mulher jovem, de 25 anos, que ela pare de ter filhos? Como assim, vereadora procuradora da mulher desta Casa? Cadê a Procuradoria da Mulher de Porto Alegre dizendo que é uma blasfêmia, que é uma vergonha um Presidente da República querer mandar no corpo de uma mulher do Ceará? Talvez porque sejam aquelas pessoas mais humildes que precisam ganhar o Bolsa Família, que têm que ser orientadas, mandadas: "pare de fazer" ou "faça, sim". Porque a gente sabe que, ao longo da história, a história do Brasil, a história do mundo, os grandes tiranos dominaram pelo medo; e é esse tirano, é esse tirano que o PCdoB, o PT e o PSOL vêm aqui na tribuna defender, defender o indefensável. Onde estão os R\$ 15 bilhões de crédito para os empresários? Não vêm. Não vêm sabe por que, Ver. Gilson? Porque eles não têm competência para entregar o dinheiro que vai ser pago depois. Não é nada de graça. O empresário que receber esse crédito vai ter que pagar depois, assim como o FGTS, o adiantamento do Bolsa Família; não é nada de graça, é tudo direito do povo. Mas diz o Presidente Lula que ele está fazendo uma benfeitoria. Nem o crédito é benfeitoria, o empresário tem que pagar depois. Aliás, é muita bobajada que é falada. Eu não recebi ainda nenhuma informação de que Porto Alegre foi beneficiada com algum dinheiro para reconstrução. O governo Melo já gastou R\$ 200 milhões em limpeza, em saneamento, só agora na primeira quinzena; está previsto, até 30 de junho, mais R\$ 230 milhões. Sabe o que está no papel? Que, provavelmente, possa vir, se tudo ficar *ok*, se o projeto que o

governo Melo fizer estiver de acordo com o que o Lula quiser, R\$ 109 milhões, o que não paga nem a primeira parcela do que aqui foi gasto. Por óbvio, retirando de um santo e tapando o outro. Mas o que importa é que o amor venceu. Viva o amor! Mas chega de gabinete do ódio, porque, Lula, como eu sempre digo... Fora, Lula. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com a fala da Ver.^a Nádia, encerramos o período de Comunicações. Quero só lembrar aos vereadores que amanhã, terça-feira, dia 25 de junho de 2024, no plenário Otávio Rocha, nós vamos realizar uma reunião pública para debater o retorno das operações do aeroporto Salgado Filho e a retomada da economia do turismo e eventos em Porto Alegre. O pessoal da Associação RS Nasce também estará presente. Todos os vereadores estão convidados para amanhã, às 14h participarem dessa reunião pública. Foram convidados a Fraport, o governo federal, o governo do estado, governo municipal e também várias entidades relacionadas ao turismo e eventos de Porto Alegre. Não temos mais nenhum vereador inscrito, está encerrada a sessão. Muito obrigado.

(Encerrada a sessão às 16h46min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *